



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "BENEFICIACÃO DO C.M. 1301 (DA E.N. 101 A NOGUEIRAS) - RIO DE MOINHOS" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL MARTINS & FILHOS, S.A., DE BARCELOS [PO 194/2016]

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **2 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e

Artur da Cunha Martins, casado, natural da extinta freguesia de Alheira, atualmente União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, concelho de Barcelos, onde reside na Rua do Ruge, nº 233, que outorga na qualidade de **Administrador, com poderes para este ato, em representação da sociedade anónima, que usa a firma "MARTINS & FILHOS, SA."**, com sede na Estrada de Santa Marinha de Alheira, nº 2745, da mesma União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, registada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **500 968 764**, com o capital social de € 1.500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes cláusulas:

Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **10 de fevereiro de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos

termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"BENEFICIAÇÃO DA C.M. 1301 (DA E.N. 101 A NOGUEIRAS) - RIO DE MOINHOS"**. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 168.630,88 (cento e sessenta e oito mil seiscentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 10.117,86 (dez mil cento e dezassete euros e oitenta e seis cêntimos). -

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **90 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 17 – Pavimentação de Estradas**. -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 08** – Viação Rural. -----

Classificação Funcional – **33127**. -----

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Segunda** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;-----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;-----

c) O caderno de encargos;-----

d) A proposta adjudicada; -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- Décima Terceira -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- Décima Quarta -----

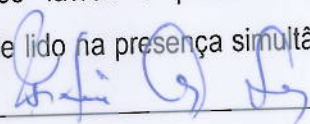
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

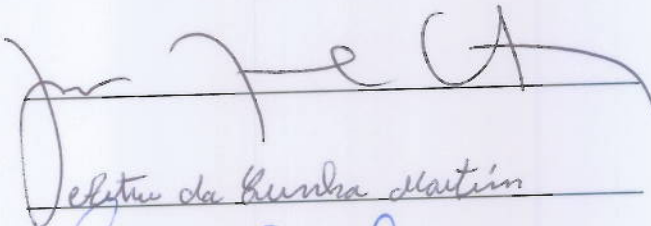
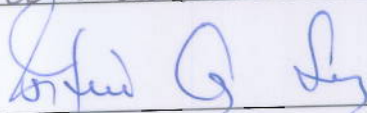
----- Décima Quinta -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em 31-01-2017, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Barcelos, em 31-01-2017, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará

de construção nº 1523-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7603-6120-4380, subscrita em 01-12-2014 e válida até **01-12-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Deputado da Câmara Municipal


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **35/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **7/2017**